



**ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

**COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, TRANSPORTE E  
ACESSIBILIDADE**

**Assunto:** Projeto de Lei Ordinária nº 166/2019

**Autor:** Vereador Stanley Freire

**Ementa:** “Dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras e genéticas no Município de Teresina e dá outras providências”.

**Relator:** Ver. Gustavo Gaioso

**Conclusão:** Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

**PARECER**

Em observância às disposições regimentais, a Comissão de Planejamento Urbano, Transporte e Acessibilidade reuniu-se e apreciou o Projeto de Lei nº 166/2019, de autoria do ilustre Vereador Stanley Freire apresentou projeto de lei com a seguinte ementa: “Dispõe sobre o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras e genéticas no Município de Teresina e dá outras providências”.

Em justificativa escrita, o nobre parlamentar discorreu que, não obstante a Lei Federal nº 10.048/2000 assegure atendimento prioritário às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, as pessoas com doenças raras e genéticas não tem dispensado o mesmo tratamento, embora possuam limitações idênticas.

É, em síntese, o relatório. Passamos a opinar.

No tocante ao mérito, cabe a esta Comissão, com esteio no art. 73, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT tratar da seguinte matéria, conforme se depreende a seguir:

*Art. 73. Compete à Comissão de Planejamento Urbano, Transporte e Acessibilidade, opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais, atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares, e, ainda, sobre:*

*I - política de desenvolvimento municipal;*



## ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

*II - projetos atinentes à fiscalização de obras e serviços pelo Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal;*

*III - matérias relativas à urbanização da cidade, mercados, feiras, matadouros, açougues e as referentes à alienação de bens, aquisição de bens imóveis por doação, outorga e concessão de serviços públicos e uso de imóvel;*

*IV - projetos que disponham sobre denominação ou alteração de vias e logradouros públicos;*

*V - tratar de matéria inerente à habitação;*

*VI - manifestar-se em todos os projetos, programas e matérias que versem sobre habitação.*

*VII - matérias relacionadas com transportes no Município;*

*Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deste artigo opinará, também, sobre matérias do Art. 70, § 3º, inciso III, sobre o plano de desenvolvimento do Município e suas alterações e as que tenham por objetivo:*

*I - assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura, política, uso e ocupação do solo urbano, infraestrutura urbana e saneamento básico;*

*II - matérias relativas a direito urbanístico do território;*

*III - planos municipais de ordenação do território e da organização político-administrativa;*

*IV - desenvolvimento e integração de bairros e planos municipais de desenvolvimento econômico social;*

*V - assuntos referentes aos sistemas municipais rodoviários e de viação, bem como ao de transportes em geral;*

*VI - ordenação e exploração dos serviços de transportes e estacionamento;*

*VII - cadastro territorial do Município;*

*VIII - serviços públicos ou de utilidade pública, de autorização, permissão ou concessão municipal;*

*IX - colaboração com a Prefeitura na elaboração de Planejamento Urbano do Município, fiscalizando sua execução e examinando, a título informativo, os serviços públicos de concessão estadual ou federal que interessem ao Município.*

Destarte, a proposta apresentada mostra-se de especial relevância, visto que possui o intuito de garantir prioridade de atendimento e acessibilidade às pessoas com doenças raras em razão de sua mobilidade reduzida, em sintonia com o princípio da dignidade da pessoa humana, defesa da saúde e acessibilidade.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

Dessa forma, entende-se que as disposições delineadas no texto proposto, indubitavelmente, merecem especial atenção desta edilidade, não havendo óbice a sua normal tramitação nesta augusta Casa Legislativa.

Isto posto, a comissão signatária, anuindo com o voto do relator, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** pela discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Planejamento Urbano, Transporte e Acessibilidade, em  
24 de setembro de 2019.

  
**Ver. GUSTAVO GAIOSO**  
**Relator**

“Pelas conclusões” dos Relatores, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.

**Ver. EDILBERTO (DUDU)**  
**Presidente**

  
**Ver. GRAÇA AMORIM**  
**Vice Presidente**

**Ver. GUSTAVO DE CARVALHO**  
**Membro Suplente**

  
**Ver. NETO DO ANGELIM**  
**Membro**